

Resenha de: BASTOS, Pedro Paulo Z. & FONSECA, Pedro Cezar D. (orgs). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Roberto Pereira Silva¹

Lucien Febvre, em seu *Martin Luther, un destin* (1928), indagou sobre “o problema das relações do indivíduo e da coletividade, da iniciativa pessoal e da necessidade social que é, talvez, o problema capital da história”. Algo semelhante a essa reflexão sobre a força da personalidade individual para moldar a história transparece nos artigos reunidos no livro *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*, organizados por Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Diferentes respostas despontam dessa gama diversificada de trabalhos, porém unifica-os a compreensão do sentido impresso à sociedade e à economia brasileiras por Getúlio Vargas, equalizando a vontade individual, as condições econômicas e sociais internas e as diferentes conjunturas internacionais nas quais o gaúcho de São Borja presidiu, comandou ou assistiu o desenrolar da história brasileira, desde seus primeiros passos na política como deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense em 1913 até o suicídio em 24 de agosto de 1954.

Alguns temas, ou conjunturas específicas, perpassam todos os artigos, revelando quase sempre diferentes ângulos de um mesmo problema e, por vezes, algumas divergências. O significado da Revolução de 1930, o caráter industrialista da política econômica de Vargas, o nacionalismo econômico são temas analisados com vagar, buscando sair do economicismo das interpretações e procurando aquilatar os componentes ideológicos, os conflitos sociais, a mudança de composição dos grupos de interesse para formar um quadro em que as opções e os caminhos seguidos por Vargas sempre levaram em consideração as conjunturas históricas específicas, em alguns momentos impondo sua vontade, em outros recuando para costurar pactos políticos que dessem sustentação a seu governo.

Há três grandes núcleos de questões que organizam este livro: o desenvolvimentismo, a política econômica e sua relação com os grupos sociais após a Grande Depressão de 1929 e da Revolução de 1930 e, finalmente, um terceiro grupo de textos que procura refletir sobre temas da história republicana.

¹ Professor Universidade Federal de Alfenas. Contato: roberto.silva@unifal-mg.edu.br

No primeiro eixo, procuram-se as origens internas do desenvolvimentismo, conceito chave para a grande maioria dos autores, definido por Pedro Cezar Dutra Fonseca como a conjunção de a) industrialização, (b) intervencionismo pró-crescimento e (c) nacionalismo (p. 22), conjunção esta que é buscada em dois planos: as ideias “precuroras do ideário desenvolvimentista” e a política econômica efetivamente praticada. É na formação política e intelectual de Getúlio Vargas (mesmo seus exames na Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul são examinados) que Pedro Dutra encontra os elementos constituintes da ideologia desenvolvimentista, emergindo em sua atuação como Presidente da Província Rio Grande Sul, no fornecimento de crédito para a diversificação da lavoura e na criação do primeiro banco público de desenvolvimento que se tem notícia no Brasil.

A origem do desenvolvimentismo, por outro lado, não deixa de ser examinada tendo em conta sua manifestação conjunta com o autoritarismo e a ditadura, fato que se repetiu em outros países da América Latina. Nesse ponto, o positivismo, sobretudo em sua noção de Estado forte e na mescla das atribuições do Legislativo e do Executivo à mesma figura se apresenta como uma das origens do autoritarismo que caracterizou boa parte do primeiro governo Vargas. Ângela de Castro Gomes, para explicar o mesmo fenômeno, resgata o conceito de democracia social e de um Estado “justo e protetivo” que se sobrepôs às liberdades individuais do liberalismo em crise em todo o Ocidente após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Por outro lado, neste mesmo período, paradoxalmente, a modernização e racionalização do Estado se fez assimilando-se à personalidade de Getúlio Vargas, de forma que a ideia do Presidente nacional e do pai dos pobres se sobrepôs à memória do ditador, da censura e da violência que seu governo também impetrou.

O segundo bloco de questões, aglutina-se em torno da política econômica de Vargas e sua relação com os grupos sociais, explicitado no tema da industrialização e do nacionalismo econômico, examinado nos trabalhos de Pedro Cezar Dutra Fonseca, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Wilson Cano e Francisco Corsi. A discussão procura investigar o caráter inconsciente ou intencional da orientação industrializante do governo Vargas na década de 1930, respondendo quando, efetivamente, a política econômica foi orientada para a industrialização, o grau de ortodoxia/heterodoxia da política econômica no período e a composição do pacto político que foi consolidando-se no período.

Pedro Cezar Dutra da Fonseca aponta para a criação de uma série de instituições que procuraram representar os interesses industriais e ao mesmo tempo apostavam na diversificação agrícola, retirando o peso do grupo cafeicultor nas decisões econômicas, bem como inaugurando o envolvimento do governo com os trabalhadores, regulando as relações trabalhistas, fomentando a associação e criando órgãos de qualificação da mão-de-obra.

Para Wilson Cano, as condições sociais e econômicas para a industrialização já estavam postas em finais dos anos 1920, de forma que a Revolução de 24 de outubro apenas desencadeou esse processo ao conjugar uma “profunda reestruturação do Estado, com o que a política econômica pudesse perseguir o desenvolvimento desse capitalismo” (p. 156).

Já a gestão macroeconômica é o objetivo do texto de Pedro Paulo Zahluth Bastos, incorporando na sua apreciação os interesses socioeconômicos e os cálculos políticos como elementos estruturantes para a interpretação da condução econômica na conjuntura de crise, procurando deslindar a “economia política da política econômica” (p. 181). Dois grandes grupos disputavam projetos alternativos de gestão macroeconômica: de um lado os representantes da oligarquia cafeeira paulista e os credores estrangeiros organizam-se em torno de uma política ortodoxa de equilíbrio fiscal e direcionamento de recursos para saldar contratos com prestamistas estrangeiros; de outro lado, as demais oligarquias estaduais, bem como os estratos médios da população, dependentes da sustentação da renda em moeda nacional e, sobretudo, os industriais paulistas, exigiam uma política voltada para a ampliação do crédito e da prioridade do uso de cambiais para a importação de máquinas e equipamentos. Assim, frente a esses grupos de interesse, o autor avalia que a política econômica de Vargas criou “uma nova hierarquia entre objetivos econômicos, que subordinava as políticas macroeconômicas às necessidades de expansão interna, mais do que às exigências de austeridade dos credores externos” (p. 185).

Centrando a atenção na política externa, sobretudo nas relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, Francisco Corsi, analisa o projeto de desenvolvimento varguista a partir da questão do financiamento externo como forma de promover exclusivamente a industrialização (pp. 226, 232 e 235). Nesse sentido, o grande problema do projeto de desenvolvimento varguista foi a dificuldade de obtenção de um esquema regular de financiamento, tanto interno como externo, este último disciplinado e subordinado pelos interesses nacionais, o que foi se mostrando inviável a partir do

pós-Segunda Guerra, e sobretudo nos anos 1950, quando os Estados Unidos recuperaram sua autonomia de insumos bélicos e o governo Eisenhower alterou sua política externa para favorecer a expansão dos investimentos privados na América-Latina.

O tema do nacionalismo varguista e sua relação com os capitais estrangeiros são também trabalhados por Pedro Paulo Zahluth Bastos, ressaltando, logo de início, que “as formas e os objetivos particulares de intervenção nacional-desenvolvimentista *mudariam* ao longo da trajetória política” (p. 255-256). Nesse sentido, o nacionalismo econômico está definido pelos meios a partir dos quais o desenvolvimento seria alcançado, o que não exclui, como apontado pelo texto anterior, o apoio ao capital estrangeiro, desde que subordinado aos interesses de desenvolvimento nacional definidos internamente.

Vale destacar que a efetivação desse ideário de nacionalismo desenvolvimentista implicava choques com empresas estrangeiras instaladas no país (nacionalização de empresas e bancos) e de estados nacionais (moratória da dívida), e exigia mecanismo para regular mercados e obter recursos financeiros centralizados para a execução da política industrialista (p. 258). Dentro desse espectro, a estratégia de sucesso na implantação da Usina de Volta Redonda a partir de créditos Eximbank, não conseguiu se repetir na primeira metade de 1950 nos setores de energia e recursos naturais (petróleo), visto que a política externa norte-americana se voltou para o estímulo ao investimento privado, e não mais ao financiamento com recursos públicos, sendo um dos elementos decisivos na deflagração da crise política aberta a partir de 1953 e que culminaria com o suicídio de Vargas no ano seguinte.

Finalmente, um terceiro grupo de textos aborda temas centrais da história republicana. Jorge Ferreira, por exemplo, destaca os usos equivocados do conceito de populismo, criado no pós-1964, com a carga negativa dos atores que viram a ascensão da direita e sua tomada do poder. Para contrabalançar essa carga negativa, decorrente da interpretação de cooptação da classe operária e da troca de seguridade social por apoio eleitoral, o autor resgata o conceito de nacional-estatismo, um movimento em nível internacional que tomou força no pós-Primeira Guerra Mundial com a afirmação nacional frente às nações imperialistas e que, no Brasil “revelou-se como um projeto nacional em dois sentidos”: na indução e financiamento da industrialização e na valorização dos “padrões da cultura do país”, visando, “criar uma economia moderna com algum grau de autonomia e uma identidade cultural, ambas nacionais,” (p. 308).

Nesse sentido, o nacional-estatismo não seria uma peculiaridade apenas do governo Getúlio Vargas, mas sim faz parte de uma temporalidade mais abrangente enquanto um “conjunto de políticas públicas que surgiu nos anos 1930 e se definiu com maior densidade na década de 1950 e início de 1960” (p. 310).

Outro tema que perpassa a história republicana é a questão do militarismo e do Exército, examinadas por Ligia Osório Silva. Para a autora, Getúlio Vargas conseguiu disciplinar seus aliados políticos, modernizar o Estado, ampliar os direitos sociais sem, entretanto, “getulianizar” as forças armadas, de forma que esta se configurou como um elemento independente, ora trazendo estabilidade e apoio, ora desestabilizando o governo, como aconteceu com a derrubada do Estado Novo em 1945. O Exército brasileiro, ao se profissionalizar, guardou uma ideologia de segurança nacional que convergia para o aparelhamento econômico, o controle de recursos naturais estratégicos e a industrialização. Embora convergentes com os objetivos desenvolvimentistas de Vargas, o final da II Guerra Mundial ocasionou uma convergência maior das Forças Armadas com os norte-americanos, subordinando-se aos seus objetivos militares: a Guerra Fria e a defesa do Ocidente (p. 358).

Os textos apontam os diversos embates, internos e externos, que Vargas protagonizou para dotar o país de um “aparelhamento econômico” moderno, capaz de fazer frente ao futuro. O Brasil que Vargas deixou a seus sucessores, Juscelino e João Goulart, foi um país novo, impossível de regredir ao estágio agroexportador. Sua ambígua memória, na qual o autoritarismo foi ofuscado pela paternidade das leis trabalhistas, da Petrobrás, entre outras realizações, como bem apontado por Ângela de Castro Gomes, demonstram não apenas a atualidade dessas realizações, como repõe problemas aos pesquisadores. Assim, essa ampla gama de visões sobre os três grandes temas da Era Vargas, guarda também, algumas tensões entre as visões, divergências quanto enfoque e à ênfase dada às questões. Permanecem divergências quanto aos inícios da industrialização, se intencional já nos anos 20 ou se implementada após o Estado Novo; mesmo a política desenvolvimentista, por vezes identificada com a trajetória pessoal de Getúlio Vargas, teria características oriundas do chamado nacional-estatismo, ou mesmo da democracia social, elementos não tão presentes em seus locais de atuação e que extravasam sua trajetória pessoal. Essas divergências, por outro lado, podem ser explicadas pela ênfase de alguns autores nos discursos de Getúlio Vargas, *locus* privilegiado para captar a personalidade voluntarista do presidente, mas que

ensejam, em alguns momentos, que sua versão dos fatos guie a interpretação, resultando na identificação das forças históricas com uma única personalidade.